

- LXX -

**DE PRÁTICAS FORMATIVAS A IDEIAS SOBRE  
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA  
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
PERSPECTIVAS INICIAIS DE  
FORMADORES LOCAIS DO PNAIC/RN**

**Milena Paula Cabral de Oliveira**  
UFERSA, [milenapaula@ufersa.edu.br](mailto:milenapaula@ufersa.edu.br)

**Denise Maria de Carvalho Lopes**  
UFRN, [denisemcl@terra.com.br](mailto:denisemcl@terra.com.br)

**INTRODUÇÃO:**

Práticas de formação docente têm sido objeto de estudos diversos, intensificados desde os anos de 1980 (BRASIL, 1994), em meio aos intensos debates sobre os processos e resultados da prática educativa escolar, reconhecendo-se que, são determinados por uma multiplicidade de fatores – históricos, sociais, econômicos, políticos, culturais, ideológicos e pedagógicos.

Na atual conjuntura política, não temos ainda as definições de quais serão os rumos de uma política de Estado para a formação docente, no entanto, reafirmamos a importância da formação como necessidade intrínseca à docência e direito do profissional. Nesse contexto, realizamos um recorte de nossos estudos no âmbito do Doutorado em Educação, e apresentamos as ideias/perspectivas iniciais de formadores locais que atuaram no PNAIC da Educação Infantil no Estado do Rio Grande do Norte, acerca de política de formação e formação continuada de professores da Educação Infantil.

O PNAIC da Educação Infantil foi um programa de formação continuada (Portaria MEC nº 826/2017) desenvolvido em todo país entre novembro de 2017 a junho de 2018, com 100 horas (80h presenciais e 20h vivenciais). O principal eixo temático era a linguagem oral e escrita na Educação Infantil/Pré-Escola e teve, como material orientador, a Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil (BRASIL, 2016).

Em sua organicidade, o PNAIC foi desenvolvido nos 167 municípios do Rio Grande do Norte (RN), e teve a formação promovida pela UFRN. Realizamos então, uma pesquisa de base qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994) que envolveu um grupo de 25 Formadores locais de 16 municípios do RN, e utilizamos como instrumentos de construção dos dados registros do período de formação.

### **POLÍTICA DE FORMAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA: IDEIAS INICIAIS DE FORMADORES LOCAIS DO PNAIC/RN**

Tardif (2002) aborda a formação profissional docente buscando compreender

Quais os saberes que servem de base ao ofício de professor? Noutras palavras, quais são os conhecimentos, o saber-fazer, as competências e as habilidades que os professores mobilizam diariamente, nas salas de aula e nas escolas, a fim de realizar concretamente as suas diversas tarefas? [...] Como esses saberes são adquiridos? (TARDIF, 2002, p. 9).

Essas questões, consideradas centrais na compreensão da formação docente – o que inclui o professor da Educação Infantil – são tematizadas pelo referido autor, que considera que “esse saber é social, embora sua existência dependa dos professores (mas não somente deles) enquanto atores individuais empenhados em uma prática” (TARDIF, 2002, p. 11). O autor enfatiza que o saber dos professores é social “porque é partilhado por todo um grupo de agentes” (idem, p. 12) por ser “produzido socialmente, resulta de uma negociação entre diversos grupos” (p. 13) e ainda por que “seus próprios objetos são objetos sociais, isto é, práticas sociais” (p. 13).

A partir dos registros dos formadores locais participantes do estudo, selecionamos alguns trechos que nos possibilita refletir sobre as ideias que possuem sobre política de formação continuada, vejamos:

*Proporcionar a garantia de condições para o desenvolvimento da formação continuada, pautada nas práticas dos professores e demais profissionais da educação. (Formador 1)*

*Ser direito garantido a todos os professores. Ser pautada em concepções que contribuam para a melhoria das práticas pedagógicas e que tenham como eixo norteador a reflexão a partir das necessidades reais enfrentadas pelos professores em seu cotidiano. (Formador 2)*

Partimos da compreensão de política de formação como a materialização, por meio de programas, ações e atividades, empreendidas pelo Estado, com a finalidade de assegurar determinado direito social. Dessa forma, observamos que para os formadores citados, uma política de Estado parte do princípio da garantia de direitos, em especial, do direito a formação pautada nas práticas docentes, ou como pontuado por Nóvoa quando afirma que “passamos de uma formação por catálogos para uma reflexão na prática e sobre a prática. Modificamos a nossa perspectiva de um único modelo de formação dos professores para programas diversificados e alternativos de formação contínua”. (1991, p.17).

Contudo, a ideia de Política como materialização de ‘Direitos’, ou como um “percurso/norteamto” para a efetivação de ações e práticas, ainda não é consensual entre os pesquisados, dito de outro modo, ainda observamos noções como “processo de reflexão” e “algo contínuo” com nível de “conhecimento amplo”.

*Possibilitar o processo de reflexão ação reflexão, pois o processo de formação é algo inacabado que está em constante transformação para uma melhor atuação no processo de ensino aprendizagem. (Formador 3)*

*Ser contínua, inclusiva, com um nível de conhecimento amplo e profundo. (Formador 4)*

O que nos leva a pensar ainda sobre a necessidade de “articular a formação de professores com o debate sociopolítico, desenvolvendo iniciativas no sentido da definição de um novo contrato social em torno da educação”. (NÓVOA, 2013, p. 209)

Em nosso estudo, buscamos tematizar as ações realizadas e/ou fomentadas pelo poder público com vistas a garantir a formação dos profissionais da educação infantil conforme estabelece a resolução CNE/CP nº2/2015, e ainda consideramos que a formação continuada surge como uma necessidade intrínseca à natureza do trabalho docente, por suas demandas diversas, complexas e dinâmicas, e quando indagado sobre as necessidades que devem ser prioritárias na formação, nossos pesquisados apontam quase em uníssono que a formação continuada deve:

*Priorizar a prática reflexiva do professor de modo a contribuir para a sua mudança de postura em consonância com as demandas sociais e culturais do contexto ao qual pertence e que, conseqüentemente, contribua de maneira significativa para o desenvolvimento e aprendizagem dos educandos. (Formador 2)*

*Respeitar o conhecimento que o docente já traz consigo, e aperfeiçoar esse conhecimento moldando com algo novo que a formação irá proporcionar ao longo da formação contrapondo com as leituras e autores que venham a fazer parte desse processo. (Formador 5)*

O que possibilita inferir que os professores sentem a necessidade da formação continuada a partir da reflexão de suas práticas, de situações cotidianas, como nos fala Vasconcelos (2000), a escola consiste em um importante espaço de formação docente, pois é na trama coletiva, na prática diária, na interação com os demais membros da comunidade escolar que o professor vai se apropriando de modos de pensar e proceder que integram sua constituição enquanto profissional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que a formação do professor envolve saberes docentes de diferentes tipos, de naturezas diversas e múltiplas fontes/espacos/instituições – é sempre processo social/relacional, cultural e histórico – os saberes se transformam (FREIRE, 1996; TARDIF, 2002, 2009);

A partir dos dados – ainda que iniciais – nos possibilita reafirmar a importância de estudar esse momento/programa, como parte de um processo histórico, no âmbito das discussões sobre a formação dos profissionais da EI, seus conteúdos, métodos e organização. (Resolução CNE n.2/2015). Não podemos deixar de considerar que para muitos, dos 167 municípios participantes do programa, este se configurou como a primeira formação destinada especificamente aos professores da Educação infantil, e como tal, é necessário reconhecer a importância de se investigar a organicidade do programa, que dentre os principais aspectos tinha a formação fomentada pela Universidade (UFRN) e a “pactuação”, compreendida como o compromisso dos municípios com a formação dos seus profissionais.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 2, de 01 de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Brasília: 2015.

BRASIL. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1994a.

NÓVOA, Antônio. Nada substitui um bom professor: propostas para uma revolução no campo da formação de professores. In: GATTI, Bernadete Angelina. [et al]. **Por uma política nacional de formação de professores.** 1ª ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002. 330p.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.